



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

NOTA TÉCNICA Nº 137/2022 - SEI/SUDENE

PROCESSO Nº 59335.000340/2017-58

INTERESSADO: DIRETORIA COLEGIADA

1. ASSUNTO

1.1. Manifestação quanto à inaplicabilidade, dispensa ou necessidade de elaboração de Análise de Impacto Regulatório - AIR, nos termos do Decreto nº 10.411, de 30/06/2020, em relação às propostas para os procedimentos e modelos de contrato para instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central atuarem como agentes operadores do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE e modelo de Certificado de Conclusão do empreendimento a ser emitido pelo Agente Operador.

2. REFERÊNCIAS

2.1. O art. 6º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019 e o art. 5º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, estabelecem a necessidade de realização de AIR referente a propostas de edição e de alteração de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados, prevendo hipóteses em que a AIR poderá ser dispensada.

LEI Nº 13.848, DE 25 DE JUNHO DE 2019

"Art. 6º A adoção e as propostas de alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados serão, nos termos de regulamento, precedidas da realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR), que conterá informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo. ([Regulamento](#)).

§ 1º Regulamento disporá sobre o conteúdo e a metodologia da AIR, sobre os quesitos mínimos a serem objeto de exame, bem como sobre os casos em que será obrigatória sua realização e aqueles em que poderá ser dispensada.

(...)

§ 5º Nos casos em que não for realizada a AIR, deverá ser disponibilizada, no mínimo, nota técnica ou documento equivalente que tenha fundamentado a proposta de decisão."

LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

"Art. 5º As propostas de edição e de alteração de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados, editadas por órgão ou entidade da administração pública federal, incluídas as autarquias e as fundações públicas, serão precedidas da realização de análise de impacto regulatório, que conterá informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo para verificar a razoabilidade do seu impacto econômico. ([Regulamento](#)).

Parágrafo único. Regulamento disporá sobre a data de início da exigência de que trata o caput deste artigo e sobre o conteúdo, a metodologia da análise de impacto regulatório, os quesitos mínimos a serem objeto de exame, as hipóteses em que será obrigatória sua realização e as hipóteses em que poderá ser dispensada."

2.2. O Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, regulamenta a análise de impacto regulatório e a define como o procedimento, a partir da definição de problema regulatório, de avaliação prévia à edição dos atos normativos de que trata o Decreto, que conterá informações e dados sobre os seus prováveis efeitos, para verificar a razoabilidade do impacto e subsidiar a tomada de decisão.

2.3. O Regulamento de procedimentos para elaboração de AIR no âmbito da Sudene, aprovado pela Resolução DC/Sudene nº 690, de 25 de fevereiro de 2022, estabelece que a edição, alteração ou revogação de atos normativos, no âmbito da Sudene, que visem a regulamentar matérias de interesse geral dos agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados pela Autarquia deverão ser precedidos de Análise de Impacto Regulatório - AIR, ressalvadas as hipóteses em que se admite a dispensa, nos termos do art. 4º do Decreto nº 10.411/2020.

2.4. A Resolução DC/Sudene nº 621/2021 aprova e consolida as normas, procedimentos, modelos e guias para apresentação e execução dos projetos financiados com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE.

1. Esta Nota Técnica tem por objetivo analisar inaplicabilidade, dispensa ou necessidade de elaboração de relatório de AIR, nos termos do Decreto em comento, em relação à Minuta de Resolução da Diretoria Colegiada CGDF 0345722, que propõe alterações na Resolução DC/Sudene nº 621/2021 (SEI 0246904).

3. ANÁLISE

3.1. O Decreto nº 10.411/2020 estabelece a dispensa de AIR para, dentre outras, a hipótese de ato normativo considerado de baixo impacto.

DECRETO Nº 10.411, DE 30 DE JUNHO DE 2020

"Art. 4º A AIR poderá ser dispensada, desde que haja decisão fundamentada do órgão ou da entidade competente, nas hipóteses de:

(...)

III - ato normativo considerado de baixo impacto;

(...)

§ 1º Nas hipóteses de dispensa de AIR, será elaborada nota técnica ou documento equivalente que fundamente a proposta de edição ou de alteração do ato normativo."

1.1. Importante destacar que o conceito de "ato normativo de baixo impacto" encontra-se definido no artigo 2º do referido Decreto:

DECRETO Nº 10.411, DE 30 DE JUNHO DE 2020

"Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - análise de impacto regulatório - AIR - procedimento, a partir da definição de problema regulatório, de avaliação prévia à edição dos atos normativos de que trata este Decreto, que conterá informações e dados sobre os seus prováveis efeitos, para verificar a razoabilidade do impacto e subsidiar a tomada de decisão;

II - ato normativo de baixo impacto - aquele que:

a) não provoque aumento expressivo de custos para os agentes econômicos ou para os usuários dos serviços prestados;

b) não provoque aumento expressivo de despesa orçamentária ou financeira; e

c) não repercuta de forma substancial nas políticas públicas de saúde, de segurança, ambientais, econômicas ou sociais;"

3.2. A Minuta de Resolução da Diretoria Colegiada CGDF 0345722 propõe alteração na Resolução DC/Sudene nº 621/2021 com a finalidade de estabelecer:

I - **Procedimentos e modelo para contrato de agente operador:** conforme apontado na Nota Técnica nº 131/2022 - SEI/Sudene (0345249), atualmente é celebrado um contrato entre a Sudene e o agente operador para cada projeto a ser financiado pelo FDNE. O modelo atualmente utilizado (a exemplo do documento SEI nº 0338842) transcreve quase que na íntegra o Regulamento do Fundo aprovado pelo Decreto nº 7.838/2012, além de trechos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.960/2021, que define as condições de financiamento concedidos ao amparo de recursos do FDNE. Em etapa posterior ocorre celebração entre o agente operador e a empresa titular do projeto. Propõe-se a celebração de contrato único entre a Sudene e o agente operador de forma a autorizar o agente operador a celebrar contratos com

empresas titulares de projetos aprovados, nos termos do Regulamento do Fundo e das demais normas vigentes, observando-se os critérios do financiamento definidos em resolução da Diretoria Colegiada da Sudene específica para cada projeto. O modelo proposto (SEI nº 0344848) transcreve apenas os principais trechos das normas citadas e faz referência aos demais quando necessário e de forma resumida, também esclarece alguns pontos e resume os procedimentos. A celebração de contrato único entre Sudene e agente operador substituirá a celebração que ocorre atualmente para cada contrato.

II - **Modelo de Certificado de Conclusão do Empreendimento - CCE:** a Resolução DC/Sudene nº 621/2021 estabeleceu os procedimentos para emissão de CCE sem, no entanto, definir um modelo. O modelo proposto tem a finalidade de uniformizar os certificados a serem emitidos pelos agentes operadores.

III - **Ajuste de forma:** renumeração do artigo 18, que na redação vigente encontra-se com a numeração 16, em duplicidade.

4. ENQUADRAMENTO EM HIPÓTESE DE DISPENSA DE ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

4.1. Diante do exposto no item 3.2 desta Nota Técnica, a alteração no ato normativo Resolução DC/Sudene nº 621/2021 proposta pela Minuta de Resolução da Diretoria Colegiada CGDF 0345722 enquadra-se, para fins de **dispensa de AIR**, na hipótese de **ato normativo considerado de baixo impacto**, pois (i) não provoca aumento expressivo de custos para agentes econômicos ou usuários; (ii) não provoca aumento expressivo de despesa orçamentária ou financeira; e (iii) não repercute de forma substancial nas políticas públicas de saúde, segurança, ambientais, econômicas ou sociais.

5. ENTRADA EM VIGOR E PRODUÇÃO DE EFEITOS DE RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA

5.1. O Decreto 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, estabeleceu em seu artigo 4º que, exceto em hipóteses de urgência justificada em expediente administrativo, os atos normativos estabelecerão entrada em vigor e produção de efeitos sempre no primeiro dia do mês ou em seu primeiro dia útil, após o mínimo de uma semana da data de sua publicação.

DECRETO Nº 10.139, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

"Art. 4º Os atos normativos estabelecerão data certa para a sua entrada em vigor e para a sua produção de efeitos:

I - de, no mínimo, uma semana após a data de sua publicação; e

II - sempre no primeiro dia do mês ou em seu primeiro dia útil.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às hipóteses de urgência justificada no expediente administrativo."

5.2. A celebração de contrato único de agente operador dispensa a celebração de contrato entre Sudene e agente operador anterior à cada celebração de contrato entre agente operador e empresas titulares dos projetos a serem beneficiados pelo Fundo. A eliminação desta etapa reduz custos e prazo nas contratações com recursos do Fundo. A atual carteira do FDNE apresenta 40 (quarenta) projetos com consultas prévias aprovadas pela Sudene, dos quais 6 (seis) tem o mesmo agente operador e estão em fase avançada com expectativa de contratação antes da entrada em vigor da Resolução DC, caso seja aprovada com a vigência estabelecida conforme os incisos I e II do artigo 4º do Decreto 10.139/2019. Para viabilizar a contratação de financiamento dos referidos projetos do FDNE conforme o novo procedimento a ser aprovado, dispensando a celebração de contrato entre Sudene e o mesmo agente operador em cada um deles, **enquadra-se em hipótese de urgência** para fins de início da vigência a partir da data de publicação da Resolução da Diretoria Colegiada.

6. CONCLUSÃO

6.1. Diante do exposto, nos manifestamos pela **dispensa da Análise de Impacto Regulatório (AIR)**, na forma dos incisos III do artigo 4º do Decreto nº 10.411/2020, e **pela urgência para início da vigência a partir da data de publicação**, na forma do parágrafo único do artigo 4º do Decreto nº

10.139/2019, de ato normativo referente aos temas constantes na Minuta de Resolução da Diretoria Colegiada CGDF 0345722 a serem apreciados pela Diretoria Colegiada da Sudene.

À consideração superior.

ARTUR FREITAS MODESTO SEDYCIAS

Economista

Coordenador de Normatização de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento, substituto



Documento assinado eletronicamente por **Artur Freitas Modesto Sedycias, Economista**, em 05/05/2022, às 19:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudene.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0348159** e o código CRC **8481D83E**.